

JOURNAL OF DEMOCRACY EM PORTUGUÊS

Volume 13, Número 2, Outubro de 2024

TRADUÇÕES

Quem decide o que é democrático?

Adam Przeworski

Por que as autocracias temem os direitos LGBTQ+?

Gino Pauselli e María José Urzúa

Europa Centro-Oriental: Os jovens e a extrema direita

Laura Jakli

O modelo Bukele vai se espalhar?

Manuel Meléndez-Sánchez e Alberto Vergara

Por que o México não está à beira do abismo

Viridiana Ríos

ARTIGO INÉDITO

Construção da democracia na África Austral

Jonuel Gonçalves

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**

FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



Construção da democracia na África Austral

Jonuel Gonçalves

Pesquisador associado sênior no Núcleo de Estudos Avançados do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense. Conduz pesquisa sobre guerras econômicas.

Esta abordagem da construção democrática na África Austral incide, principalmente, em suas maiores equações — quadro socioeconômico; relações de raça e/ou etnia; ameaças à segurança — considerando, ao mesmo tempo, rankings de desempenho a título indicativo ou comparativo. Trabalho em larga medida decorrente de nossos anos de vivência nesse subcontinente, atualizada com frequentes trabalhos de campo, missões, encontros e iniciativas, as anotações de pesquisa e intercâmbio assumem aqui função principal.

A elas se acrescentam artigos ou livros já publicados, tanto de nossa autoria como de pesquisadores e ativistas afro-austrais e dados estatísticos de entidades internacionais.

Os países da África subsaariana são, quase todos, resultado de traçados fronteiriços do período colonial. Posteriormente, por alturas da descolonização dos anos 1960, principalmente nos territórios de língua oficial francesa, os limites territoriais sofreram um encolhimento designado como balcanização, ou seja, a criação de médios ou pequenos Estados nos dois antigos espaços coloniais da referida área

linguística oficial, configuração geoeconômica pouco propícia ao desenvolvimento, exigindo mecanismos de integração.

Já na África Austral, permaneceram os traçados coloniais e, dentro deles, a história construiu mercados internos, mesmo em pequenos ou até micropaíses.

A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), entidade vocacionada à respectiva integração subcontinental, foi criada em 1992, substituindo a antiga Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC). O objetivo da SADCC – apoiar os Estados Linha de Frente (Frontline) na luta contra o regime de apartheid – havia sido alcançado com a independência da Namíbia (21 de março de 1990) e o avanço das negociações para liquidar aquele regime. Países fora da faixa Frontline, como República Democrática do Congo, e os arquipélagos de Madagascar, Maurício e Seicheles, aderiram à SADC.

O perfil marcadamente extrativista do conjunto não sofreu alterações, ou seja, foi mantido em termos primários na maior parte dos países – acentuado mesmo na Zâmbia e Angola independentes — e promoveu capitalização no sentido de industrialização parcial na África do Sul, cujo modelo econômico coincide bastante com a América do Sul.

Moçambique retomou sua função de fachada escoadora de produtos principalmente sul-africanos, graças ao estratégico “corredor de Maputo” e exportadora de energia elétrica da barragem de Cahora Bassa, também para o cliente sul-africano em maior escala. Mais recentemente, a descoberta de gás natural no norte moçambicano abriu perspectivas de ampliação produtiva, sem sair do extrativismo. Projeto iniciado com forte Investimento Direto Estrangeiro (IDE), mas parado por razões de segurança, devido aos ataques armados de agrupamento jihadista, contidos com intervenção de forças externas, no caso, forças da África do Sul e Ruanda.

O Zimbabwe junta atividade mineira com agrícola, alvo nas três últimas décadas do dilema muito presente na redistribuição de terras, em qualquer parte do mundo: de um lado, a correção de enormes injustiças sociais, marcadas neste caso pelo histórico de ocupação das melhores áreas cultiváveis em favor de colonos europeus, mantida por seus descendentes; do outro lado, a eficácia empresarial. O desenrolar desse processo no Zimbabwe acabou se transformando em alerta para reformas agrárias na Namíbia e na África do Sul, cujos governos procuram evitar queda da produção agrícola e da consequente segurança alimentar, ao mesmo tempo que setores oposicionistas (e críticos dentro dos partidos governantes) reclamam aceleração dessas reformas.

Em Angola, as taxas de crescimento correspondem simplesmente à evolução do preço do petróleo, enquanto a Zâmbia está em contexto muito próximo com relação ao cobre. Menor dependência no Botswana e na Namíbia, graças à pecuária, turismo e comércio interno mais estruturado, embora os preços dos diamantes sejam parcela capital nos respectivos PIBs.

Os arquipélagos de Maurício e Seicheles chamam atenção pelos seus bons desempenhos em governança democrática e no ranking mundial do Índice de Desenvolvimento Humano. Em Seicheles, a base econômica é largamente ocupada pela indústria turística. Em Maurício, o turismo ocupa lugar importante, porém, sua produção açucareira continua com a mesma importância do tempo colonial e, com a independência, houve transformação *de facto* da ilha principal em Zona Especial de Exportação, incluindo importante indústria têxtil tropical e offshore banking.

Entre 1980 e 1992, a SADCC tinha 60 milhões de habitantes e um PIB total da ordem de 60 bilhões de USD. De 1992 a 2012, a SADC registrava uma população de 257,7 milhões e um PIB total de 471,1 bilhões de dólares, em termos nominais. (SADC, plataforma consultada em 11.08.2024).

Para 2020, o Boletim de Estatísticas Macroeconômicas (SADC: 2021) assinalava o PIB sul-africano na escala de 51% do total no sub-continente, vindo Angola em segundo lugar com 13,8%, Tanzânia em terceiro com 9,8% e RD Congo em quarto com 6,9%.

Baseados em dados do Banco Mundial relativos a 2023 (World Bank Open Data, consultado ao longo de agosto, 2024), obtemos soma dos PIBs da região SADC na ordem nominal dos 752,5 bilhões de USD, mantendo-se o percentual sul-africano praticamente idêntico. Apesar disso, a África do Sul não evita a persistência histórica de alto desemprego: 32,9% no primeiro trimestre de 2024, quando a criação de novos empregos na manufatura, agricultura e mineração não superaram as perdas nos ramos financeiros, construção civil e serviços governamentais e sociais. (Statistics SA in Business Day, consultado em 09.08.2024).

Um quadro comparativo entre os rankings mundiais dos PIBs da região SADC, em 2023, (World Bank op.cit.) e seus IDHs do mesmo ano (PNUD: 2023/2024), seguido de perfis comparativos em países menores ou muito menores, permitem uma primeira constatação: posições de PIB muito acima de IDH, traduzem desequilíbrio na distribuição social.

País	PIB	IDH
	Ranking mundial	Ranking mundial
África do Sul	40°	110°
Angola	73°	150°
Tanzânia	77°	167°
R.D. Congo	86°	180°

Seis pequenas economias do bloco — Seicheles, Maurício, Botswana, Namíbia, Eswatini (antiga Suazilândia) e Lesoto — ocupam um lugar no IDH mundial superior a seu lugar no ranking de PIBs. Dois microesta-

dos, Seicheles, com 120 mil habitantes, apresenta um IDH muito alto e Maurício, com 1,2 milhão de habitantes, está situado entre os três primeiros do nível alto. Com exceção de Eswatini, todos os demais fazem parte, junto com a África do Sul, da classificação “país livre” da Freedom House.

Enfim, o Índice de Percepção da Corrupção, com dados de 2023 (Transparência Internacional: consultada em 18 .08.2024), permite observações importantes. Classificação onde a Dinamarca ocupa a primeira posição com 90 pontos (obtendo o Brasil 36 pontos), Seicheles está com 71 pontos, os mesmos da França e Reino Unido; Botswana 59 pontos, um menos que a Espanha; Maurício 51 pontos, igual a Malta, estando Namíbia com 49 pontos, idêntico à Grécia.

Todo esse contexto multidisciplinar incide, naturalmente, na presente conjuntura política.

O desafio democrático

Rankings como os da ONG Freedom House, apesar de classificações por vezes bastante questionáveis, revelam a magnitude do desafio.

Com efeito, o documento digital “*Freedom in the world-scores 2024*” (consultado ao longo de agosto de 2024) considerou apenas nove países africanos como livres, dos quais seis na África Austral: Maurício, Seicheles, Botswana, Namíbia, África do Sul, Lesoto; dois na África do Oeste: Cabo Verde e Gana; um na África Central: São Tomé e Príncipe.

Seguindo nossas próprias observações de campo, incluímos o Senegal, não inserido nesta categoria pela Freedom House, em virtude de sua pesquisa ter decorrido no período de incerteza sobre as eleições naquele país, período superado com decisão do Tribunal Constitucional senegalês.

O ranking estabelece mais duas categorias: países parcialmente livres e países não livres. Dos não livres, África Austral apresenta quatro casos: Angola, Eswatini, República Democrática do Congo e Zimbábwe. Aqui também há uma discordância com nossas observações de campo relativa a Angola, que colocamos na faixa dos parcialmente livres, idêntica à classificação atribuída a outros dois países de língua oficial portuguesa (Moçambique, na África Austral, e Guiné-Bissau, na África Ocidental).

Observações importantes para situarmos rotas de democratização em países afro-austrais: enquanto em Zâmbia, Angola, Moçambique e Zimbábwe, as preocupações com a construção da democracia estiveram muito longe do centro de poder pós descolonização, em Maurício, Botswana, Namíbia e durante a negociação dos acordos para o fim do apartheid na África do Sul, elas tiveram papel central. Um processo cuja designação pode ainda ser “a longa marcha para a democracia na África” inspirada pelo título do livro coletivo “*Afrique: La longue marche vers la démocratie en Afrique*” (Nyongo, 1988).

A mudança de atitude em relação aos regimes de partido único por alguns dos autores e o título impactante do livro eram de fato consequência de posicionamentos e ações coletivas – muitas vezes clandestinas – em vários países africanos, com dimensão crescente desde a década de 1980, iniciada com a descolonização do Zimbábwe. O fato de não ter ocorrido uma transferência de poderes para movimentos político-militares, como ocorreu em Angola e Moçambique, mas de negociações culminando em eleições livres, suscitou entusiasmo nos movimentos ou núcleos democráticos em toda a sub-região. Um gradual processo de regressão, porém, anulou os momentos iniciais do novo regime.

No Zimbábwe, a disputa entre os dois partidos que tinham conduzido a luta armada contra o regime branco de Ian Smith saiu do quadro parlamentar estendendo-se a confrontos militares de contornos etnificados.

Mesmo assim, Angola, Moçambique e Zimbábue constituíram novas bases de retaguarda aproximada dos movimentos antiapartheid, na África do Sul e Namíbia, formando, junto com outros Estados afro-austrais o espaço Linha de Frente (Frontline).

É nesse contexto que surge a Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento de África Austral (SADCC), precursora não só da atual Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), mas da própria definição geopolítica e geoeconômica da sub-região. Embora integrada no esforço anti-apartheid e de redução da dependência econômica relativa àquele regime, os objetivos da SADCC “iam além da simples redução da dependência, abrangendo o desenvolvimento básico e integração regional” (SADC: site oficial consultado em 03.08.2024).

Assim, a partir “de 1977 decorreram ativas consultas entre representantes de Angola, Botswana, Lesoto, Moçambique, Suazilândia, República Unida da Tanzânia e Zâmbia, agindo em conjunto como estados da Linha de Frente, culminaram com a reunião dos ministros das Relações Exteriores da Linha de Frente, em Gaborone, Botswana, em maio de 1979, na qual apelaram a encontro dos ministros responsáveis pelo desenvolvimento econômico” (SADC, *ibidem*).

Esse encontro teve lugar em Arusha, Tanzânia, em julho de 1979, onde se decidiu o lançamento da SADCC, oficialmente em 1º de abril de 1980, compreendendo “todos os Estados da África Austral com governos de maioria” (*ibidem*).

A realidade estratégica dos conflitos armados no subcontinente, conectada à Guerra Fria então vigente e a operações militares de envergadura, causava paralisação e destruição de infraestruturas nos países palcos de combate e aumentava a dependência – previamente existente em virtude da configuração colonial – em favor das redes sul-africanas. Ao mesmo tempo, emergiram debates e reivindicações

de democratização como base de reformas políticas, resolução de conflitos e desenvolvimento humano.

A maior parte desses debates e reivindicações decorreram sob extremas precauções, por exemplo, em países como Angola e África do Sul, demonstrando um fator já presente em outras fases e partes do mundo: o papel do underground. Posteriormente, algumas dessas reflexões repercutiram em debates abertos e mais abrangentes, promovidos por centros universitários na Europa, com participação de acadêmicos africanos (Gemdev:1998).

Desde o começo da década de 1980, dados novos modificaram gradualmente o ambiente político afro-austral. Por exemplo, em Angola, uma poderosa campanha contra a guerra e pela democratização, conduzida principalmente pela Igreja Católica e por grupos informais (Gonçalves:2010), revelou um grande cansaço da guerra na sociedade angolana, que não pôde mais ser ignorado pelos beligerantes, acabando por influir na criação de ambiente propício ao acordo de Nova York (Crocker: 1990) para retirada das tropas cubanas de Angola e sul-africanas da Namíbia, no final dos anos 1980.

O novo ambiente geral tinha outros componentes decisivos. Por um lado, o desenrolar da Perestroika mudava a política internacional da então URSS, pondo termo a seu envolvimento nas guerras africanas. Por outro, o regime sul-africano, face à nova situação, desde o levante de Soweto nos anos 1970 às sanções internacionais, constataando a derrota *de facto* do apartheid, iniciou negociações em 1985, com um encontro entre o ministro da Justiça, Kobie Coetzee, e Nelson Mandela na prisão em Victor Vester, seguida de negociações secretas entre agentes do governo e representantes do ANC (Congresso Nacional Africano) na Europa, a partir de 1986 (Sparks:1994).

Desde a entrada em vigor do Acordo de Nova York, a Namíbia transformou-se em laboratório da democracia para toda a região aus-

tral, com intenso debate multipartidário visando as eleições de novembro de 1989, vencidas pela SWAPO (Organização do Povo do Sudoeste Africano), que tinha conduzido a luta armada contra a dominação sul-africana, mas resultou também na eleição de deputados de outras formações partidárias, quadro democrático no qual se proclamou a independência, em março de 1990, e se mantém até hoje.

A precedente grande influência de Angola na evolução namibiana se inverteu em função da independência e democracia na Namíbia, provocando abandono do sistema de partido único em Angola e negociações diretas entre o governo angolano e o movimento de oposição armada UNITA, que resultou em um primeiro cessar-fogo na guerra civil angolana (1991) e convocação de eleições democráticas em setembro de 1992, sob observação das Nações Unidas, cujo resultado não foi respeitado pela oposição armada, provocando regresso à guerra civil até 2002.

Na África do Sul, Nelson Mandela foi libertado em 11 de fevereiro de 1990 poucas semanas antes da independência namibiana e teve início um período de quatro anos em que negociações multipartidárias decorreram em paralelo com redobrada violência política. O ano de 1993, tanto na África do Sul como em Angola, foi o mais sangrento de todo o período desde meados dos anos 1970, configurando um contexto de alto risco para a defesa ativa da democracia.

Angola e África do Sul são dois casos raros em que as noções e práticas de “conflict resolution” implicavam semiclandestinidade, ou mesmo clandestinidade, de muitas iniciativas. Tais iniciativas eram muito mais fortes na África do Sul e, em 1994, decorreram as primeiras eleições não-raciais da História do país, ganhas por Mandela e o ANC, cessando a violência política armada.

Não-racial e transformação

O princípio de “Não-racial” requer aqui alguns detalhes necessários ao entendimento de definições e posicionamentos na África Austral, até hoje.

O conceito, que significa cidadania plena sem consideração de raça, é decorrência da “Carta da Liberdade”, promulgada na África do Sul em 1955 por movimentos de todos os grupos raciais do país, com relevo para o ANC. Foi uma das últimas ações abertas desses movimentos nos 34 anos seguintes, declarando que a África do Sul “pertence a todos os que nela vivem, negros ou brancos” (Gonçalves:2024). Nesse sentido, a Carta está também na origem do princípio “uma pessoa um voto” e, nos anos imediatamente seguintes, inspirou ações clandestinas como a que conduziu à prisão de Nelson Mandela, integrante de uma célula não-racial, portanto, compreendendo militantes de todos os grupos raciais.

A definição foi se impondo através do confronto com o apartheid – regime de “democracia racial”, ou seja, privilégio de um grupo racial – mas também pelas divergências relativas à expressão “multirracial”. No começo dos anos 1960, já com as guerras de independência desencadeadas nos territórios dominados por Portugal, a Organização da Unidade Africana (OUA), antecessora da União Africana, optou por “não-racial”, considerando que “multirracial” implicava mecanismos e direitos especiais separados, enquanto “não-racial” incidia nos direitos de cidadania sem estatutos à parte.

Desde a transição para a democracia, iniciada em fevereiro de 1990 com a libertação de Mandela e o primeiro governo democrático em 1994, até discursos do Presidente Cyril Ramaphosa em 2024, o não-racialismo tem estado no centro das declarações políticas e culturais sul-africanas, como objetivo a ser alcançado.

Desde a transição para a democracia, iniciada em fevereiro de 1990 com a libertação de Mandela e o primeiro governo democrático em 1994, até discursos do Presidente Cyril Ramaphosa em 2024, o não-racialismo tem estado no centro das declarações políticas e culturais sul-africanas, como objetivo a ser alcançado.

O fato de ainda não ter sido alcançado decorre de persistentes heranças do apartheid, difíceis de eliminar, como as desigualdades sociais racialmente marcadas, a separação nas zonas de residência em virtude de velhos direitos de propriedade criados no período anterior, ou simplesmente, classificações estatísticas raciais em uso, que designam como Africanos apenas pessoas Negras, as demais sendo Brancos, Indianos (de fato, descendentes de imigrantes do país asiático) e Coloureds (basicamente mestiços, cujo número sul-africano é o mais elevado em toda a África).

Esse panorama incide quase da mesma forma na Namíbia. Em Maurício, assume configurações comunitárias, embora elas tenham traços racificados ou de religiosidade, com incidências na composição dos partidos políticos e seu eleitorado, amortecidas por alianças interpartidárias no quadro de democracia vigente desde a independência (1968).

Nos restantes países do subcontinente, como na quase totalidade da África, o fator etnia acaba por ter os mesmos efeitos do fator raça, usado como arma de arremesso político e suscitando, em situações extremas, riscos de muita agressividade ou até separatismos.

Por todas essas razões, o objetivo não-racial ultrapassa muito as fronteiras sul-africanas. As pesquisas de Fiona Anciano permanecem indispensáveis, ao comparar definições acadêmicas, com declarações político-partidárias e a realidade social, por meio de inquérito. Uma delas, realizada no âmbito do Centre for the Study of Democracy, da Universidade de Joanesburgo, tem aqui valor acrescido por olhar dentro do partido no poder (Anciano: 2014).

O ANC “ao longo de cinco décadas tem afirmado seu orgulho de ser uma organização que apoia o ideal do não-racialismo. Certamente, sua história é a de luta contra o racismo, porém, o alcance da definição e prática dos ideais de não-racialismo é contestada. Desde os primeiros debates sobre o que constituía ser membro do Congresso Nacional *Africano*, portanto, membro de um movimento de libertação, até preocupações posteriores de membros de células (branch) em virtude das consequências de ser *Não-Africano*”, no sentido das classificações estatísticas oficiais.

A pesquisadora menciona entrevista que teve com Ahmed Kathrada, descendente de imigrantes indianos, companheiro de prisão de Mandela, para quem o conceito de não-racialismo está no coração do ANC. No entanto, ela nota que o surgimento do mesmo, em 1955, na Carta da Liberdade, resultou de encontro entre movimentos representando grupos raciais, todos com a designação de “Congresso”. Importante do ponto de vista histórico é o fato de Albert Lutuli, em 1961, então presidente do ANC e figura histórica nacional até hoje, ter declarado que a visão do ANC “sempre foi a de África do Sul democrática não-racial (...) enfatizando o direito de todos os que vivem nela, nela permaneçam como cidadãos plenos, com igualdade de direitos e responsabilidades”. Citando outro pesquisador sul-africano, Raymond Suttner, Anciano menciona o apelo de Lutuli à “sociedade comum” e ao “não-racialismo como central no sentido do universalizado e genérico humanismo”(ibidem).

Cerca de 30 anos depois, em 1991, os “Princípios Constitucionais para uma África do Sul Democrática”, do ANC, acentuam: “Uma África do Sul não-racial, significa que toda as barreiras artificiais e pretextos que mantêm o povo à parte e a dominação, serão removidas (...) não-racial significa eliminação das barreiras de cor [e] afirmação de direitos iguais para todos” (ibidem).

“A contestação sobre a teoria e aplicação do não-racialismo é exemplificada pelo fato de, em grande parte da sua história, o ANC

se ter organizado, na prática, mais como multirracial (iguais, mas separados) que em bases não-raciais”. Anciano cita vários autores sul-africanos de percepções semelhantes e constata as condições concretas do encontro de 1955, ou seja, movimentos anti-apartheid organizados segundo o grupo racial.

“Há numerosas razões pelas quais o ANC é questionado sobre o conceito e prática de não-racialismo. Primeiro esse conceito, no ANC, não decorre isolado, desenvolve-se em paralelo com políticas lidando com a questão nacional, estratégicas como a Revolução Nacional Democrática (RND) e a crescente análise de classe no apartheid.” A autora cita Pallo Jordan, teórico e alto dirigente do ANC que, em texto de 1997, embora considere como inseparáveis a democracia, a libertação nacional e o não-racialismo, diz: “se democracia é avanço da libertação nacional, ela necessita empoderamento dos mais oprimidos historicamente, Africanos, Coloureds e Indianos. Este empoderamento é objetivo primeiro do ANC, expostos em estratégias como RND e documentos de discussão sobre a “questão nacional” (ibidem).

Com base em vários desses documentos e afirmações de nacionalismo africano entre membros proeminentes da Liga da Juventude do ANC (ANCYL), a autora constata que estas afirmações contribuíram para “interpretações imprecisas do não-racialismo”. A referência a líderes da ANCYL é de importância capital, pois conduziram a dissidência.

Um dos autores mencionados nesta parte do trabalho por Fiona Anciano, o pesquisador David Everett, da Universidade de Wits (Joanesburgo), considerava em 2009 que o não-racialismo foi deixado na área moral, enquanto o nacionalismo africano funcionou como motor da luta de libertação; outro acadêmico, Firoz Cachalia, em 2012 fez alusão à expressão sartriana dos anos 1960 de “racismo antirracista”, como parte do caminho para eliminar a discriminação racial.

Essas considerações ajudam a compreender vários debates no ANC e em meios acadêmicos sul-africanos, sobretudo a criação de programas sob designação geral de ação afirmativa como o Black Economic Empowerment (BEE) e a escolha preferencial de quadros negros para posições de chefia no ANC, instituições estatais e empresas públicas. Neste caso, os posicionamentos vão muito além do ANC e da própria África do Sul, onde a ação afirmativa é vista pelos defensores do não-racial, como elemento corretor, necessário durante um certo tempo para evitar que o sistema se perpetue.

A segunda parte da pesquisa assenta em inquérito de percepções junto a várias células do ANC, na região metropolitana de Joanesburgo, compreendendo membros de todos os grupos raciais, partindo da premissa segundo a qual o ANC não tinha resolvido definitivamente seu entendimento sobre detalhes e enquadramento do não-racialismo, deixando a interpretação aos militantes.

A pesquisadora constatou que, embora um dos primeiros entrevistados na área de Soweto tenha dito que “raça não deve ser reconhecida para definir ou sequer distinguir qualquer indivíduo”, a maioria das pessoas entrevistadas “implicitamente vê a raça como algo fixo e parte importante da sociedade sul-africana. Nesta visão, não-racialismo não é transcender a raça, mas aceitar diversidade e apoiar igualdade das diferentes raças: ‘não-racialismo fala de abraçar sua cultura, sua diversidade’ (...) Membros {das células objeto da pesquisa} em diferentes áreas, expressaram o desejo que povo de diferentes grupos raciais venham a essas áreas, compartilhar perspectivas, ouvir cada um e aprender” (ibidem).

Essas respostas levantam imediatamente a existência, até hoje na África do Sul, de zonas residenciais racialmente marcadas e a consciência disso levou muitos entrevistados/as a propor que não-racialismo signifique pessoas de diferentes raças vivendo em zonas compartilhadas e ‘que seria ótimo ver casais mistos’ (ibidem).

Pessoas dos chamados grupos minoritários, militantes das células, apresentaram queixas contra discriminação em certas situações dentro do próprio ANC. “Indianos” e “Coloureds” assinalavam não terem sido suficientemente brancos no tempo do apartheid e, agora, não são suficientemente negros, revelando o fenômeno do colorismo, muito presente em movimentos, correntes ou ambientes, sul-africanos ou de outros países de população multirracial.

A filosofia da negritude tem sido considerada na África do Sul como elemento histórico relacionado aos países que estiveram sob dominação francesa e, sendo objeto de crítica por importantes intelectuais africanos de esquerda, como o escritor (e prêmio Nobel) nigeriano Wole Soyinka ou o filósofo togolês Stanislas Adotevi, quase eliminaram essa expressão na linguagem do ANC em virtude de seu posicionamento à esquerda.

Muito mais consideração merece a formulação de Consciência Negra, que deu lugar ao movimento com esse nome (BCM) liderado por Steve Biko, parte da história das duas últimas décadas de luta contra o apartheid, conquistando apoio ou solidariedade até em setores da oposição “branca” ao apartheid. O BCM esteve na origem da revolta de Soweto nascida, tal como a Consciência Negra, no movimento estudantil.

Juntava ação militante de desobediência e desafio às forças da repressão, com trabalho comunitário em áreas da educação, saúde, informação, etc.. Na prática não seguia postulados ideológicos nem filosóficos. O princípio de base consistia na tomada de consciência pela maioria negra de seu necessário papel central na luta, implicando autoconfiança e determinação. A construção de simples frases como “black is beautiful” exerceram um enorme efeito mobilizador e, abertamente exposto, Biko acabou sendo assassinado pelo regime, transformando-se em combatente cujo prestígio só foi suplantado por Mandela.

No desenrolar da fase inicial e secreta das negociações entre o regime e o ANC, alguns movimentos políticos, culturais e sindicais de maioria negra foram criados, em geral conduzidos por liderança ANC, nos quais se inseriram os sobreviventes do BCM.

A Dra. Mamphela A Ramphela, militante do BCM, médica em uma das clínicas do movimento e mãe de um filho e uma filha de Biko, condenada a residência fixa em região remota e isolada, da qual só saiu com o abrandamento repressivo inerente a essas negociações, foi um dos casos mais notados, pelo impacto intelectual e político que conquistou.

Após a queda do apartheid exerceu funções de destaque nos movimentos sociais, em importantes círculos empresariais, no Banco Mundial, sendo eleita Reitora (Vice-Chancelor) da Universidade de Cape Town (UCT) e deputada por um pequeno partido fundado por ela própria. Deixou a vida pública, mas o passado de luta e o perfil de contatos por cima das linhas raciais, mantêm sua autoridade intelectual.

Para ela, o futuro imediato da África do Sul obriga a profunda transformação, aliás, tema de sua gestão na UCT. Em diálogo com Ben Turok (falecido em 2019, professor de economia, deputado pelo ANC durante vinte anos), participante do histórico encontro que, em 1955, aprovou a Carta da Liberdade, Mamphela afirmou:

“Transformação vista neste sentido holístico envolve mudança de atitudes por todas as partes integrantes de nossa sociedade. Nem negros nem brancos, nem homem nem mulher na África do Sul, têm experiência sobre o significado de viver em sociedade não-racial e não-sexista. Todos temos de reconhecer aquilo que sabemos e não sabemos e nos sentirmos confortáveis em aprender uns com os outros” (in “New Agenda”: 2008)

Nas eleições de 2024, o ANC perdeu a maioria parlamentar que mantinha desde 1994. Conforme a Constituição, teve de fazer aliança

com outros partidos para viabilizar o poder executivo. Designado Governo de Unidade Nacional (GNU em inglês) incluiu, além de partidos de menor expressão eleitoral, o próprio ANC e a Aliança Democrática (DA), oriunda dos meios liberais brancos opostos ao apartheid, ou seja, acordo entre socialistas (incluindo forte herança marxista) e liberais (incluindo defensores do mercado “puro”). Porém, essas clivagens contaram menos que a aposta na mobilização da tecnoestrutura e em um elemento mencionado várias vezes pelo presidente Cyril Ramaphosa nos discursos após a posse do GNU: “uma África do Sul não-racial e não-sexista”.

Com base nessa pesquisa, nas citadas declarações e nossa própria experiência de campo na África do Sul, sublinhamos cinco pontos:

- o conceito e a história do não-racialismo é pouco conhecido fora dos países afro-austrais de língua oficial inglesa. Em determinados momentos nos EUA e Reino Unido tem sido usada a expressão pós-racial. Nos integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) notou-se um largo desconhecimento e surpresa quando a expressão “não racial” apareceu em um manifesto antirracista assinado, em maio 2022, por vinte intelectuais desses países;

- as queixas dos mestiços de Joanesburgo são problema de ainda maior dimensão na província do Cabo Ocidental, onde a população Coloured é a mais numerosa e contribui largamente para as vitórias eleitorais e consecutivos governos provinciais da Aliança Democrática (DA);

- ao mesmo tempo que decorriam as entrevistas da pesquisa mencionada, o principal líder da ANCYL, Julius Malema foi expulso do ANC devido ao uso de linguagem racista, arrastando consigo outros militantes que, em 2013, fundaram um novo partido político criticando o ANC, Mandela incluído, por ter feito o que classificam como concessões excessivas aos privilégios dos brancos. O novo partido

adotou o nome de Combatentes da Liberdade Econômica (EFF) que nas eleições de 2014 elegeu uma bancada parlamentar.

- o mau desempenho do ANC no campo da economia e a ausência de melhoria nas condições de vida, colocaram em segundo plano o debate explícito sobre não-racialismo, mas implicitamente foi mantido na generalidade da troca de opiniões sobre a crise socioeconômica. Em dois sentidos aparentemente opostos, porém, na realidade completando-se, até certo ponto: as “minorias” acusando a partidarização dos cargos de gestão pública como causas da crise; os negros apontando a ausência de reformas como responsável pelo prosseguimento das desigualdades na distribuição do bem-estar social, com reprodução das incidências raciais, apesar do crescimento da classe média negra.

- a aparente complementaridade das referidas críticas não tem conduzido a visões aproximadas do presente e futuro neste país, devido à prevalência dos chamados sentimentos de identidade que, como em todo o mundo, colocam quase sempre a raça ou etnia nas considerações primordiais, seja direta ou indiretamente, gerando ambiente ideológico identitarista (Gonçalves:2023). Discurso com origens acadêmicas, atribui fator primordial às diferenças em detrimento das semelhanças, configurando, na melhor das hipóteses, um quadro de mosaico (de novo, “iguais, mas separados”). Com intensidades variáveis está presente na quase totalidade dos demais membros da SADC, com incidências eleitorais.

Comportamento que interioriza e agrava a fragmentação proveniente da partilha colonial, dando-lhe contornos de imposturas destinadas a esconder desigualdades sociais ou projetos de poder, acaba produzindo correntes partidárias de ultradireita, existentes também em outras partes do mundo (ibidem).

Daí, ser visto como ameaça existencial pelos agrupamentos democráticos da sociedade civil ou setores democráticos de partidos polí-

ticos. Duas situações aparecem nesses agrupamentos e setores como ameaça clara e imediata:

- Na África do Sul, o discurso identitário se mistura com acusações de roubo de empregos ou criminalidade pelos imigrantes vindos de outros países africanos, base do violento movimento de xenofobia. Com elevado nível de organização e mobilização, acentua as consequências das gangues sobre segurança pública e tem perfil idêntico aos dos “vigilantes” negros dos anos finais do apartheid, tolerados ou usados por este. Trata-se do movimento autodesignado por Operação Dudula (“empurra para fora”), locais e líderes conhecidos, causador entre 1994 e meio de 2024, de 664 mortes, 5.310 saques de lojas e 127.572 deslocamentos, conforme a plataforma Xenowatch, da Universidade de Wits (Joanesburgo) (xenowatch.ac.za consultada em 10.09.2024).

- No Leste da República Democrática do Congo, o identitarismo criou dezenas de pequenas milícias étnicas e um movimento com estruturas e efetivos de verdadeiro exército, o M23, apoiado pelo vizinho Ruanda.

A origem deste quadro vem na sequência imediata do genocídio em Ruanda – alimentado também pelo mesmo discurso identitarista – com as então novas autoridades ruandesas preocupadas pela fuga, para a R.D. Congo, de milhares de refugiados que tinham participado ou apoiado o genocídio de 1994 e permaneciam, em parte, armados.

Nota sobre final de 2024

Moçambique também continua sob ameaças de segurança em partes do território, conforme já referido neste texto e, ao mesmo tempo, eleições marcadas para a primeira semana de outubro do ano em curso. A Namíbia, livre de ameaças de segurança, é outro país da região com data eleitoral no curto prazo, ou seja, novembro. Em ambos os

casos, os presidentes cessantes ou em exercício não apresentaram candidatura, colocando, de certa forma, a questão-teste da alternância de poder. Nestes dois países, tal alternância já se produziu algumas vezes relativamente a personalidades do mesmo partido político, tal como no Botswana e em Angola. Na República de Maurício e na Zâmbia, o fenômeno implicou não só mudança de personalidades, mas também de formações políticas, enquanto na África do Sul a criação em 2024 do Governo de Unidade Nacional constitui alternância relativa, na medida em que o ANC deixou de exercer o poder sozinho.

A SADC, como tem acontecido em todos os processos eleitorais na região, estabeleceu missões de observadores para as eleições moçambicana e namibiana. No quadro da rotatividade anual, a entidade mudou este ano de presidência angolana para zimbabwana, continuando o trabalho de criar condições institucionais prévias à integração econômica.

Objetivo também a ser alcançado, indispensável à democracia e ao desenvolvimento afro-austral.

Bibliografia

*As referências a consulta de sites e plataformas online estão no próprio texto.

Anciano, Fiona (2014) “Non Racialism and the African National Congress: views from the Branch” *Journal of Contemporary African Studies*”, vol.32, n° 1 – Ed. Routledge – London

Crocker, Chester (1992) “High Noon in Southern Africa” – Ed. W.W.Norton – New York

Gemdev (1998) “Les avatars de l’État em Afrique” – Ed. Khartala – Paris

Gonçalves, Jonuel:

(2010) “Franco Atiradores- Informal e espontâneo nas vias de abertura em Angola” – Ed. Mayamba – Luanda

(2022) “Economia e poder no Atlântico Sul – África do Sul, Angola, Argentina, Brasil” – Ed. Perfil Criativo - Lisboa

(2023) “Imposturas Identitárias-África e reflexo Brasil” – Ed. Garamond – Rio de Janeiro

(2024) “Brasil na Crioulidade” – ebook Ed. Panguila – Niterói (RJ)

“New Agenda – South African Journal of social and economic policy” – Issue 30 – Ed. Institut for African Alternatives – Cape Town

Nyongo, Peter Aniang (org.) (1988) “Afrique, la longue marche vers la democratie: état autoritaire et resistances populaires” – Ed. PubliSud, FTM, UNU – Dakar

PNUD (2023/2024) “Relatório do Desenvolvimento Humano”

SADC (2021) Boletim de estatísticas macroeconômicas – Gaborone

Sparks, Alister (1994) “Tomorrow is Another Country: the inside story of South Africa road to change” Ed. Jonathan Ball – Johannesburg

Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação FHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EstadoDemocracia>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CambiosGeopoliticos>

Meios de comunicação e Democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#MediosComunicacion>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EnsaiosDemocracia>

Sociedade civil e democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CohesionSocial>

Bibliotecas virtuais:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca-sociedade>

Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#RecursosPesquisa>